

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 PENHORA DE DINHEIRO <i>ON-LINE</i> E DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICCIONAL TEMPESTIVA E EFETIVA	21
1.1 Tutela de direitos e execução	21
1.2 Duração do processo em prazo razoável – preceito constitucional	22
1.3 Tempo no processo e rede de comunicação eletrônica	24
1.4 Direito fundamental à tutela executiva efetiva.....	27
1.5 Tutela de direitos e dignidade humana	34
2 PENHORA DE DINHEIRO E TUTELA DE DIREITOS DO CREDOR NA EXECUÇÃO CIVIL	39
2.1 Terminologia.....	39
2.2 Histórico do Sistema Bacen-jud Convênio do Banco Central com tribunais.....	40
2.3 Economicidade da penhora <i>on-line</i> e entraves procedimentais na penhora de outros bens.....	45
2.4 Juiz não habilitado tecnicamente.....	45
2.5 Onde está o patrimônio dos detentores de capital ? Onde estão os bens penhoráveis do devedor ?.....	47
2.6 Penhora de dinheiro – Prioridade, e não medida excepcional – Violação à ordem legal de preferência.....	48
2.7 Fundamentação das decisões judiciais sobre penhora <i>ON-LINE</i>	51

2.8	Princípio da isonomia e penhora eletrônica.....	53
2.9	Princípios em rota de colisão	54
2.10	Inconvenientes – Causa ou não gravame ao executado.....	54
2.11	Funcionamento: Bloqueio, desbloqueio e nova versão do programa	56
2.12	Inversão de valores – Quem precisa administrar seu patrimônio no sentido de solver suas dívidas é o devedor.....	58
2.13	Menor onerosidade para o devedor – economia processual.....	60
2.14	Competência para emitir a ordem de bloqueio.....	62
2.15	Preferência do dinheiro.....	63
2.16	Adaptação do processo civil à revolução tecnológica da rede de comunicação eletrônica	63
2.17	Direito Processual Civil e direitos fundamentais	64
2.18	Penhora de dinheiro e valores públicos constitucionais.....	65
2.19	Créditos alimentares	67
2.20	Artigo 591 do CPC – Responsabilidade patrimonial do devedor.....	68
2.21	Bancos e Poder Judiciário.....	68

3 DEVER DE COOPERAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PATRIMONIAL, DIGNIDADE DA JUSTIÇA E OCULTAÇÃO DE BENS

69

3.1	Atos atentatórios à dignidade da justiça e dever de cooperação e transparência patrimonial do executado.....	69
3.2	Responsabilidade e transparência patrimoniais	71
3.3	Interesse público da informação prevalece sobre sigilo – art. 93, inc. IX, da constituição federal	72
3.4	Pena de multa e eficácia das decisões judiciais	75
3.5	Lealdade processual e ocultação de bens.....	76
3.6	Ocultação de bens e transparência patrimonial	78
3.7	Privacidade do devedor e dignidade do credor	79
3.8	Fortalecimento da prestação jurisdicional	80

4 SIGILO BANCÁRIO E PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS

83

4.1	Privacidade e dever de informação	83
-----	---	----

4.2	Sigilo bancário resguardado no bloqueio eletrônico	91
4.3	Prevalência de direitos fundamentais da vítima de ilícitos.....	95
5	IMPENHORABILIDADES INCONSTITUCIONAIS E DIREITO FUNDAMENTAL DE AÇÃO	99
5.1	Humanização e crise da execução	99
5.2	Impenhorabilidades inconstitucionais	100
5.3	Grave crise da prestação jurisdicional na execução civil.....	104
5.4	Rol excessivo de impenhorabilidades no direito brasileiro e necessidade de flexibilização	108
5.5	Impenhorabilidades e penhora de dinheiro <i>on-line</i>	111
5.6	Impenhorabilidade – ônus da prova cabe ao devedor inadimplente na penhora eletrônica	112
5.7	Interesse do credor e menor onerosidade para o devedor	114
6	PENHORA PARCIAL DE SALÁRIOS E DIGNIDADE HUMANA	117
6.1	Dignidade humana – viga mestra dos direitos fundamentais.....	117
6.2	Inconstitucionalidade das normas de impenhorabilidade excessiva	121
6.3	Penhora parcial de salários em outros países.....	124
6.4	Impenhorabilidade de salários no Brasil	125
6.5	Relação da penhora parcial de salários com a penhora de dinheiro <i>on-line</i>	125
6.6	Reforma processual e revisão das impenhorabilidades.....	126
6.7	Nem toda verba salarial tem natureza alimentar	128
6.8	Inconstitucionalidade e decisão judicial voltada à proteção de direitos fundamentais	129
7	EXECUÇÃO FISCAL AUXILIADA PELOS MEIOS ELETRÔNICOS	131
7.1	Racionalização da cobrança de dívida ativa	131
7.2	Crise da execução fiscal na administração pública	132

7.3	Interesse público em duplicidade na penhora eletrônica em execução fiscal	134
7.4	Art. 185 do CTN e reforma processual.....	137
7.5	Execução fiscal administrativa	139
7.6	Execuções fiscais eletrônicas	140
8	PENHORA DE DINHEIRO <i>ON-LINE</i> DOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS EM EXECUÇÃO FISCAL	145
8.1	Execução fiscal – necessidade de adaptação às reformas processuais civis.....	145
8.2	Autonomia patrimonial e racionalização da cobrança de dívida ativa	146
8.3	Responsabilidade tributária dos sócios – legitimidade passiva na execução fiscal.....	149
8.4	Dissolução irregular da sociedade e penhora de bens de sócios	153
8.5	Espécie societária e limitação da responsabilidade dos sócios	155
8.6	Responsabilidade tributária prevista no art. 135 do CTN e a polêmica “infração de lei”.....	157
8.7	Penhora de dinheiro <i>on-line</i> e o sócio responsável na execução fiscal	162
9	PENHORA DE FATURAMENTO E PENHORA DE DINHEIRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	165
9.1	Viabilidade da empresa, capital de giro e dignidade humana da vítima de ilícitos.....	165
9.2	Riscos da atividade produtiva, ganância lucrativa e penhora	167
9.3	Inter-relação da penhora de faturamento com a penhora de dinheiro <i>on-line</i> da sociedade empresária	172
9.4	Penhora de faturamento e recentes reformas processuais da execução	176

10	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA VOLTADA PARA VALORES DE MAIOR PESO NO ORDENAMENTO.....	179
10.1	Autonomia patrimonial da pessoa jurídica em rota de colisão com outros valores de maior peso no ordenamento jurídico	179
10.2	Desconsideração da pessoa jurídica, fraudes e abuso de direito	183
10.3	Autonomia patrimonial perante credores negociais e não negociais	185
10.4	Desconsideração da pessoa jurídica, preservação da empresa e efetividade do processo executivo	187
10.5	Deveres de sócios e desconsideração	190
10.6	Momento processual para aplicação da teoria da desconsideração	191
10.7	Penhora <i>on-line</i> e desconsideração da pessoa jurídica voltada para tutela de direitos	192
11	CONCLUSÕES	195
12	REFERÊNCIAS	199